

Plínio Salgado em Portugal (1939-1946): um exílio bastante peculiar

GILBERTO GRASSI CALIL*

O período compreendido entre junho de 1939 e maio de 1946, quando Plínio Salgado permaneceu exilado em Portugal, tem enorme importância para a compreensão da trajetória posterior do integralismo brasileiro. Ainda assim, é provavelmente o período menos estudado da trajetória do integralismo brasileiro até o falecimento de Salgado em 1975.¹, inexistindo estudo sistemático sobre seu itinerário político naquele país. Há quase duas décadas o historiador português Luis Reis Torgal registrava como lacuna da historiografia portuguesa “*a relação entre o Estado Novo e os intelectuais estrangeiros que lhe eram favoráveis*”, citando explicitamente Plínio Salgado (TORGAL: 1992, 549).

Este texto propõe apresentar uma problematização acerca do exílio português de Salgado, tomando por base a valiosa documentação relativa ao exílio de Salgado em Portugal disponível no Fundo Plínio Salgado do Arquivo Público e Histórico de Rio Claro, com especial ênfase para sua correspondência política com as principais lideranças integralistas no Brasil. Esta documentação revela a intensa atividade desenvolvida por Salgado em seu exílio, com destaque para as relações estabelecidas com intelectuais e lideranças políticas das diferentes vertentes da direita portuguesa, e também para as diversas conferências e palestras por ele proferidas.²

O exílio de Salgado em Portugal pode parecer, à primeira vista, paradoxal. Tratava da principal liderança de um movimento fascista, que tomara parte na constituição de uma ditadura em seu país, tendo sido, no entanto proscrito e perseguido,

* Professor do Curso de História e do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Estadual do Oeste do Paraná. Doutor em História Social (UFF). E-mail: gilbertocalil@uol.com.br

¹ Registre-se que estão em curso atualmente duas investigações que, sob perspectivas bastante distintas, tratam do exílio de Salgado: o estágio de pós-doutorado de Giselda Brito Silva junto à Universidade de Lisboa, no qual analisa a relação entre Salgado e um grupo de intelectuais católicos portugueses; e a pesquisa de doutoramento de Leandro Gonçalves, cujo objeto é a análise da obra literária produzida por Salgado em Portugal. Também há algumas informações sobre o exílio de Salgado também em Ditzel (2004), este não seja o tema central do trabalho.

² Em uma próxima etapa, pretendemos ampliar esta investigação, com a consulta das fontes localizadas em Portugal, o que pretendemos desenvolver em um estágio de pós-doutorado previsto para iniciar em setembro de 2011.

encontrando asilo em outra ditadura que igualmente colocara na ilegalidade a principal organização explicitamente fascista daquele país, o nacional-sindicalismo, oriundo do integralismo lusitano. Além disso, como registra Giselda Brito Silva, “a AIB teria se aproximado em muito do Integralismo Lusitano, que por fomentar um discurso antiliberal, nacionalista e católico, também ocupou um lugar na ascensão do salazarismo” (SILVA: 2007, 205). Esta perspectiva parece correta quando atentamos que certamente o integralismo brasileiro constituía um movimento tipicamente fascista (TRINDADE: 1974; CAVALARI: 1999; CALIL: 2001), da mesma forma que o integralismo lusitano (PINTO: 1994). Além disso, em ambos os países, depois de consolidada a ditadura houve a ruptura entre o regime e seus respectivos movimentos fascistas, culminando com conspirações fracassadas e a prisão de seus “chefes”. Em Portugal, a ruptura deu-se em 1934, no contexto da imposição da União Nacional como partido único, com a proibição das atividades do Movimento Nacional Sindicalista e prisão de seu líder Rolão Preto em junho daquele ano (ALMEIDA: 1999, 158), ainda que sua revista teórica *Nação Portuguesa* tenha circulado até 1938. O aparente paradoxo constitui-se, então, no recebimento do “Chefe Nacional” do Integralismo brasileiro por parte da ditadura portuguesa, em pleno “Estado Novo” português, no mesmo momento em que, simultaneamente ambos os regimes coincidentemente autodenominados “Estado Novo” perseguiriam “seus” integralistas.

Torna-se necessário, no entanto, fazer algumas ponderações para indicar que não há nada de paradoxal no acolhimento de Salgado por parte da ditadura de Salazar. A primeira delas diz respeito à natureza do conflito entre os movimentos fascistas e as ditaduras, em ambos os países. No caso brasileiro, é amplamente reconhecida a contribuição dos integralistas para o Golpe que implantou o Estado Novo (SILVA: 2007, 203-205; CALIL: 2005, 173-174). As afinidades ideológicas eram acentuadas pelo próprio Salgado, em carta enviada a Vargas em setembro de 1941:

Os fundamentos ideológicos da doutrina integralista são, em parte, os mesmos que inspiraram a Constituição de 10 de Novembro de 1937. (...) As aspirações políticas integralistas estão sendo realizadas pelo Estado Novo. A abolição das bandeiras estaduais, a extinção dos partidos regionais, a supressão do sufrágio universal, a restrição das autonomias estaduais, a federalização das milícias dos estados, as leis de assistência e amparo aos trabalhadores, o fortalecimento do Poder Central - tudo isso eram pontos do nosso programa. (SALGADO: 1946, 144-145).

É certo que, a despeito de tais afinidades, o Estado Novo brasileiro não se configurava como regime fascista, sendo em geral caracterizado como uma ditadura autoritária, corporativa e modernizadora (GERTZ: 1991; PANDOLFI: 1999; GOMES: 2007), que inclusive recusou-se à constituição de um partido único. Mesmo assim, as diferenças ideológicas não eram vistas como obstáculo pelos integralistas para oferecerem seu apoio à ditadura, como comprovam os diversos manifestos em apoio ao Estado Novo, enviados de Portugal por Salgado entre 1939 e 1943 (SALGADO: 1946). Para Vargas, no entanto, não interessava a concorrência de uma organização fascista hierarquizada e militarizada e que prestava obediência a outro “Chefe”, o que inviabilizou as inúmeras tentativas integralistas de reaproximação. Assim, para Vargas o exílio de Salgado em Portugal apresentava-se como excelente alternativa.

A repressão aos integralistas, em ambos os países, igualmente deve ser tratada com prudência. No caso brasileiro, atingiu de fato os participantes da conspiração de maio de 1938, mas não impediu que alguns dos principais próceres integralistas ocupassem posições de destaque no Estado Novo, dentre os quais se inclui Gustavo Barroso, que além de ser um dos principais dirigentes integralistas, destacava-se pelo seu anti-semitismo explícito e virulento. Portanto, fica evidente que o perfil ideológico fascista não era impedimento para a colaboração no interior do Estado Novo brasileiro, desde, evidentemente, seus colaboradores fascistas garantissem apoio político à ordem estabelecida. Portanto não há paradoxo entre o duro tratamento reservado à fração mais radicalizada do movimento, confinada nos cárceres de Ilha Grande e Fernando de Noronha, e a participação de ex-dirigentes integralistas em posições de destaque no Estado Novo.

Da mesma forma, em Portugal a proibição de funcionamento do Movimento Nacional Sindicalista é parte do esforço de Salazar para consolidação de sua liderança absoluta, não implicando na recusa do ideário fascistizante, como deixa evidente a participação de grande parte dos “camisas-azuis” em seu governo, a despeito da marginalização política de seu “chefe” Rolão Preto: *“Os recalcitrantes tentaram sua sorte num golpe contra Salazar em 1935, mas a grande maioria se reconverteu ao regime, como consequência da radicalização da Guerra Civil da Espanha”* (PINTO: 2007, 24). Conforme Rosas, *“O Movimento Nacional-Sindicalista, expressão final dos grupos tipicamente fascistas, conhece uma integração não-formal e subordinada no*

conjunto das forças políticas e dos valores ideológicos estruturantes do Estado Novo”. (ROSAS: 1991, 65), em especial no interior de organizações políticas de contornos nitidamente fascistas e constituídas desde o aparato de Estado, como a Mocidade Portuguesa e a Legião Portuguesa. A própria constituição da Legião Portuguesa em 1936, como indica Luís Nuno Rodrigues foi resultado direto dos “desejos e aspirações da direita radical, nomeadamente de setores ligados à organização corporativa, de homens oriundos do nacional-sindicalismo e do grupo dos tenentes envolvidos no 28 de maio de 1926” (RODRIGUES: 1996, 49).

A historiografia portuguesa é hoje atravessada por forte polêmica no que se refere à caracterização do regime salazarista, constituindo-se um movimento historiográfico voltado à recusa da qualificação de fascista àquela ditadura. Nuno Ferreira argumenta que “*o nacionalismo autoritário e corporativo coexiste com a tradição liberal*”, limitando seus efeitos fascizantes (FERREIRA: 2007, 168). Antonio Costa Pinto recusa explicitamente a qualificação de fascista, ressaltando a ausência de dimensão mobilizadora e o forte peso de influências conservadoras e católicas: “*O Estado Novo, mesmo durante a ‘época do fascismo’, foi profundamente conservador, e confiou mais nos instrumentos de enquadramento tradicionais, como a Igreja e as elites de província, do que em organizações de massas*” (PINTO: 2007, 31). A indicação do apoio da Igreja Católica como indício de que o salazarismo não seria fascista é recorrente nesta perspectiva historiográfica, sem que se demonstre concretamente a suposta incompatibilidade entre catolicismo e fascismo. Em perspectiva oposta, Fernando Rosas reconhece as especificidades do salazarismo e a condição de debilidade e dependência estrutural em que constitui, mas ainda assim o caracteriza como “*um fascismo na medida desse mundo de coisas – econômica, social e politicamente difusas – que era a sociedade portuguesa do início dos anos trinta*” (ROSAS: 1991, 68.). Manuel Loff argumenta que o salazarismo e o franquismo se inserem na mesma “comunidade ideológica” que o nazismo e o fascismo, compartilhando o mesmo projeto de uma “Nova Ordem” nazi-fascista. (LOFF: 2008). Luiz Reis Torgal sustenta que a análise da estrutura orgânica e corporativa do Estado Novo português permite “*pensar o regime de Salazar como uma forma de fascismo*” (TORRAL: 2009, 350).

No contexto desta polêmica, parece-nos bastante ilustrativa a forma como o líder fascista brasileiro é recebido pelo regime salazarista. Plínio Salgado sentiu-se muito à vontade em seu exílio português e registrou de diversas formas seu enorme entusiasmo com o salazarismo, recebendo, em contrapartida, ampla liberdade de ação e tratamento privilegiado dos apoiadores do regime e da imprensa portuguesa – tanto daqueles veículos diretamente vinculados à Igreja Católica quanto de veículos não confessionais apoiadores do salazarismo.

A partida de Salgado para o exílio deu-se em condições adversas. Em consequência da chamada “Intentona Integralista” de maio de 1938³, os integralistas eram fortemente perseguidos e no final daquele ano grande parte de seus dirigentes encontrava-se encarcerada. Salgado permaneceu foragido, em agosto de 1938 teve seu nome excluído do processo criminal contra os insurgentes, mas ainda assim foi detido em janeiro de 1939, sendo liberado alguns dias depois. Novamente detido, foi exilado em junho daquele ano. Em carta a um correligionário, Salgado apresenta sua versão dos eventos, negando ter recebido qualquer auxílio financeiro governamental:

Fui preso, remetido à Fortaleza de Santa Cruz, e dali embarcado para a Europa, sem dinheiro e sem roupa, em companhia de minha mulher. Um grupo de amigos de São Paulo e outro do Rio promoveram uma subscrição que me acudiu nos primeiros tempos do Exílio. Depois, organizou-se um socorro permanente, ao qual acrescentei, para minha manutenção em Portugal, honorários por direitos autorais auferidos naquele país, os quais montaram, em sete anos, a cerca de duzentos contos. Assim vivi, até o presente, rejeitando todos os oferecimentos que me foram feitos (Correspondência de Plínio Salgado a Mansueto Bernardi, 20.1.1947).

Desde sua instalação em Lisboa, no entanto, Salgado contou com condições bastante peculiares para um exilado: foi acompanhado não apenas de sua esposa, mas também de seu secretário particular e da esposa do mesmo, os quais permaneceram junto a ele até seu retorno. Edgard Carone sustenta que o governo Vargas “*lhe dá, durante todo o tempo que permanece em Portugal, uma mesada*” (CARONE: 1988, 208) Encontramos na documentação pessoal de Salgado um balanço de Caixa, datado de abril de 1946, referente aos 82 meses de seu exílio. Tal documento, no entanto, não esclarece completamente a questão: além de diversas indicações de verbas enviadas por integralistas, há dois itens com a indicação genérica “Recebido por intermédio de D.

³ A conspiração, na realidade, reuniu integralistas e liberais, incluindo-se, entre estes últimos o Tenente Severo Fournier e os generais Castro Júnior e Euclides Figueiredo (CALIL: 2005, 178-183).

Rosa Lins Albuquerque, a partir de 30.9.42 até 10.6.45”. Estes itens abrangem mais de 50% do total das entradas (699\$800\$00 em relação ao total de 1.283\$565\$00), e a pessoa referida era a esposa do secretário particular de Salgado, e portanto certamente foi apenas a intermediária de um repasse de recursos cuja origem Salgado preferiu não registrar.

Antes mesmo de sua partida, Salgado lançou um Manifesto aos integralistas defendendo o acatamento da ordem vigente e o respeito às autoridades constituídas e recomendando que seus correligionários “*se abstenham de quaisquer agitações subversivas de caráter político, perturbadoras da ordem pública*” (SALGADO: 1946, 114). O Manifesto teve ampla circulação, sendo publicado nos principais jornais, e inaugurava a peculiar condição de “exilado apoiador”, pois diversos outros manifestos e diretivas de teor semelhante seriam enviados por Salgado nos anos seguintes. Destacam-se, dentre eles, a Carta enviada ao Ministro da Guerra, também em maio de 1939, colocando os integralistas “sob a égide do Exército”; a Diretiva aos integralistas brasileiros, de setembro de 1939, reiterando o pedido para que se abstivessem de agitações; o Manifesto de setembro de 1941, no qual sustenta a afinidade programática entre o integralismo e o Estado Novo; e o Manifesto de novembro de 1943, que propunha uma “união nacional” e o apoio à ditadura.

É possível distinguir ao menos três fases do período de exílio de Salgado. Os primeiros três anos de sua permanência em Portugal foram marcados pela sua expectativa de acordo com Vargas e de um breve retorno. A documentação disponível indica pouca atividade social neste período, além de diversas viagens para tratamento de saúde em um hotel rural. Entre 1939 e o início de 1942, além disso, Salgado não publicou nenhuma obra e concentrou seus esforços na tentativa de criar condições para seu retorno próximo ao Brasil, seja através do envio de diversos manifestos e diretivas, seja através de negociações com emissários de Vargas, seja credenciando integralistas no Brasil para negociar diretamente com Vargas, em especial Raymundo Padilha, nomeado “representante do Chefe Nacional no Brasil” e Gustavo Barroso, com amplo trânsito junto ao governo Vargas.

As pesquisas de João Fábio Bertonha indicam que uma reconciliação entre Vargas e Salgado interessava ao fascismo italiano, pois “*o caminho mais conveniente para os italianos seria uma aliança entre Getúlio Vargas e os integralistas para uma*

condução segura do Brasil para os caminhos do Eixo” (BERTONHA: 1997, 115). Com o fracasso da “Intentona Integralista” de 1938, Roma cancelou o apoio financeiro ao integralismo, preferindo apostar em uma boa relação com Vargas (BERTONHA: 2001, 86), mas manteve sua expectativa em torno de um entendimento entre os integralistas e Vargas. As pesquisas de Stanley Hilton e Ricardo Seitenfus, por sua vez, revelam o envolvimento de integralistas com a espionagem nazi-fascista. Hilton sustenta inclusive que o próprio Salgado teria atuado como espião nazista a partir do final de 1941. Salgado teria se encontrado diversas vezes com o agente nazista Schellemborg, impondo como condição “*que a Alemanha o reconhecesse, por assim dizer, como o líder político do Brasil*” (Depoimento de Schellemborg. Apud HILTON: 1983, 350), enviando, em troca, relatórios periódicos “*sobre os acontecimentos no Brasil*”, para o que contava com a colaboração de Raymundo Padilha (HILTON: 1983, 50). Seitenfus apresenta um relatório de agentes alemães de junho de 1942, confirmando o recrutamento de Salgado e a expectativa quanto ao papel que poderia cumprir o integralismo: “*Nossa missão em Lisboa está também em contato com Plínio Salgado graças a intermediários. Poderia ser oportuno continuar com contatos oficiosos já que os integralistas muito provavelmente poderão desempenhar, depois da guerra, um papel determinante na política brasileira*” (SEITENFUS: 2000, 354). De acordo com Seitenfus, “*o sonho de Salgado é retornar ao Brasil à frente de um governo pró-eixo, após a vitória militar do totalitarismo*” (Idem, 307).

Com o início da guerra, Salgado manifestou, em carta enviada ao genro Loureiro Júnior, seu temor de que Portugal se aliasse à Inglaterra, e indicou que planejava mudar-se para a Argentina, revelando sua expectativa em torno de um retorno próximo ao Brasil:

Como você sabe, esse país é aliado da Inglaterra, e, conquanto esteja por enquanto numa neutralidade *sui generis*, conforme o texto da nota governamental (neutro mas fiel à aliança secular...), os acontecimentos poderão levá-lo, como em 1914, a envolver-se diretamente no conflito. (...) Desde agora, emitir opiniões contrárias aos interesses ingleses é muito incômodo. Temos de ouvir tudo caladinhos. E o país ainda não está em guerra. Isso tudo me leva a pensar na possibilidade de minha ida, com os companheiros, para a Argentina, via Estados Unidos. (...) Ali **poderemos ouvir a palavra do governo brasileiro, caso ele queira a colaboração de todos os patrícios na obra de unidade nacional**, em face da situação externa (Correspondência de Plínio Salgado a Loureiro Júnior, 4.9.1939). Grifo meu.

Em agosto de 1940, Salgado foi procurado por um emissário de Vargas, que teria transmitido a intenção do ditador em contar com a colaboração dos integralistas em seu governo. Na ocasião ficou acertado que Gustavo Barroso, que também se encontrava em Lisboa, representaria Salgado nos entendimentos com Vargas (BRANDI: 2001, 5198). Esta negociação prolongou-se por alguns meses, garantiu a libertação de parte dos integralistas detidos, mas encerrou-se sem o desfecho esperado por Salgado, que relatou as negociações a Raymundo Padilha, afirmando que o general Pinto perguntara se ele, *“no caso de ser convidado a tomar parte no Governo, aceitaria ou rejeitaria”*, ao que teria respondido *“que estava disposto a tomar parte do governo do Brasil, dentro dos meus pontos de vista, já manifestados em 1937, 1938 e 1939”* (Carta de Plínio Salgado a Raymundo Padilha em 20 de agosto de 1940). No início de 1941, enviou Carta Credencial a Gustavo Barroso para que o representasse nas negociações, autorizando-o a *“encaminhar soluções favoráveis aos nossos objetivos, receber a forma final e definitiva das propostas e, sob o maior sigilo, dar-me urgentemente conhecimento das mesmas, afim de que eu possa assumir a responsabilidade pessoal e total da decisão”* (Carta credencial a Gustavo Barroso, conferida pelo Chefe Plínio Salgado em 25 de janeiro de 1941). Empolgado com a perspectiva de acordo com Vargas, Salgado manifestou seu mais explícito apoio ao Estado Novo, através do Manifesto de Setembro de 1941, provocando o descontentamento da maioria dos integralistas sem, no entanto, produzir o esperado avanço nas negociações com Vargas. Em outubro de 1941, Barroso informava a Salgado que as negociações estavam paralisadas e recomendava um apoio ainda mais explícito. Salgado, no entanto, julgou prudente aguardar, mantendo os termos do apoio:

Meu caro Padilha, o meu manifesto de setembro está de pé. Não será preciso dizermos mais nada. Depois do que ali escrevi e fiz circular, cumpre-nos guardar completo silêncio, ao mesmo tempo em que devemos dar àquelas palavras uma vida real, pelas nossas atitudes e pela nossa maneira de agir. A nossa atitude é de apoio ao governo em tudo o que disser respeito à defesa da nossa soberania e independência e ao combate aos agentes da dissolução nacional, entre os quais temos de colocar em primeiríssimo plano o bolchevismo (Correspondência de Plínio Salgado a Raymundo Padilha, 29.1.1942).

No decorrer do primeiro semestre de 1942, no entanto, tornava-se claro que não interessava a Vargas uma reconciliação com o integralismo, o que se consolidou em definitivo com a entrada do Brasil na guerra em agosto daquele ano. Desde então, Salgado foi obrigado a levar em consideração em seus planos o fato de que não seria

possível seu retorno ao Brasil em curto prazo. Com isto, inaugurou-se uma segunda etapa de seu exílio português, na qual passa a investir em intensa atividade social, proferindo inúmeras palestras e conferências e publicando diversos livros, estabelecendo vasta rede de relações sociais.

Naquele ano, Salgado escreveu a sua filha informando suas inúmeras atividades: *“Minha correspondência é enormíssima; o número de pessoas que ultimamente me procura vai crescendo; os convites para isto, para aquilo, multiplicam-se; enfim, as minhas relações já são demasiado grandes e isto me esfalfa”* (Correspondência de Plínio Salgado a Maria Amélia Loureiro, 14.4.1942). Tais atividades se davam em um contexto no qual Portugal era atravessado por fortes agitações sociais,⁴ o que é bastante sugestivo quanto ao interesse de católicos e salazaristas em difundir a concepção de “democracia” de Salgado.

Ao mesmo tempo, Salgado comportava-se como se fosse um chefe de Estado, impondo rigoroso protocolo aos seus visitantes, como mostra carta enviada a seu secretário:

É preciso de uma vez por todas que eu lhe diga que estou disposto a não sacrificar de forma alguma os meus princípios de hierarquia, de prestígio pessoal, de autoridade, tendo sempre em vista o que eu significo para um milhão de brasileiros e o respeito que por conseguinte devemos exigir de todos aqueles a quem eu honrar com minha amizade. Não podemos de forma alguma permitir que a minha pessoa se torne um objeto de fácil aquisição, de barato encontro, sem as formalidades e o cerimonial que devem antecipar sempre a qualquer aproximação com esta Chefia. Por conseguinte, faça abaixar a voz e os desejos a quem quer que seja demonstrando claramente que se permito amizade, não tolero intimidade e que nenhuma visita receberei sem que antes de mais nada o meu Secretário, que merece minha mais perfeita confiança, tome nota do assunto que serve de objeto da solicitação da referida visita. Assim, a qualquer pessoa que deseje ver-me – jornalista, escritor, homem de sociedade, político, etc. – V. dirá que virá consultar-me, desde que a V. seja antecipado o móvel da desejada visita com todos os seus detalhes. Dito isto, quero que V. agora, com a alta linha, diplomacia e energia de um verdadeiro secretário de estado [sic], dê as providências que julgar adequadas (Correspondência de Plínio Salgado a Hermes Lins do Albuquerque, 6.8.1942).

Entre 1942 e 1946, Salgado proferiu inúmeras conferências relativas a temas políticos e religiosos, e publicou dez livros, em sua maioria produzidos a partir das conferências proferidas: Vida de Cristo (1942); A aliança do sim e do não (1943); O

⁴ Fernando Rosas afirma que “o movimento de agitação social que marcou o período de guerra (e com especial intensidade e impacto o triênio 1942/44) estendeu-se geográfica e socialmente a praticamente todo o país, e revestiu expressões variadas e, por vezes, bastante radicalizada”. (ROSAS: 1995, 413).

conceito cristão de democracia (1945); O mistério da ceia (1945); A mulher do século XX (1946); A imagem daquela noite (1946); O rei dos reis (1946); A tua Cruz senhor (1946); Madrugada do espírito (1946); e Primeiro Cristo (1946). Tais conferências e publicações, longe de expressar exclusivamente preocupações religiosas, respondiam a uma estratégia bastante clara, principalmente a partir de 1943, quando a derrota do nazifascismo tornava-se previsível: apresentar-se como líder espiritualista e cristão, com sólidos vínculos com a hierarquia católica e uma vasta obra religiosa publicada. O primeiro livro publicado dentre eles, *Vida de Jesus*, tem especial importância, pela expressiva repercussão que teve em Portugal e no Brasil. A obra de mais de mil páginas era apresentada como uma das maiores obras do cristianismo, com grande eco na imprensa salazarista. Também de grande importância é *O conceito cristão de democracia*, que indicava o percurso da reelaboração doutrinária seguida por Salgado para se apresentar como “democrático”, sustentando que uma verdadeira democracia deveria se proteger contra seus inimigos, justificando com isto inclusive a censura e a perseguição a todos que não se enquadrassem no dito “conceito cristão”.

A circulação destas obras e as conferências pronunciadas permitiram a Salgado ampliar seu círculo de relações, com o governo português, com grupos radicais de direita e com a Igreja Católica. A maior parte de suas conferências era promovida por entidades católicas, como a Juventude Independente Católica, a Ação Católica e o Centro Acadêmico da Democracia Cristã. Carmencita Ditzel confirma que Salgado “recebeu apoio dos católicos, especialmente do Monsenhor Moreira das Neves e do Cardeal Cerejeira”, acrescentando que também “entrou em contato com o líder fascista português Rolão Preto, com os integralistas lusitanos e com um provável agente da Gestapo, identificado como Schroeder”, e que na imprensa “recebeu destaque no jornal católico ‘Novidades’, no jornal de extrema direita ‘A Nação’ e na revista ‘Estudos’, da Democracia Cristã de Coimbra” (DITZEL: 2004, 110).

Em setembro de 1944, Salgado recebeu carta do General Carmona, presidente português, expressando “os seus muito reconhecidos agradecimentos, com o mais vivo apreço pelo brilhante estudo revelado por V. Excia. nessa excelente obra [Vida de Jesus]” (Correspondência da Presidência da República de Portugal a Plínio Salgado, 22.9.1944) O livro lhe fora entregue pelo embaixador brasileiro em Portugal, João Neves da Fontoura, que era presença assídua nas conferências de Salgado. Seu contrato

com a editora previa a distribuição gratuita do livro para inúmeras personalidades políticas e religiosas. Salgado escreveu a sua filha afirmando que a repercussão de *Vida de Jesus* estava sendo “fantástica”: “*o número de cartas recebidas sobe às centenas. De todos os lados se levantam vozes aplaudindo e elogiando a obra e o seu autor. Seu Pai é ‘l’homme du jour’ e a conferência que ele deve proferir a 25 deste despertou tal interesse que chovem, de toda a parte, pedidos de lugares no D. Maria, um dos melhores teatros de Lisboa*” (Correspondência de Plínio Salgado a Maria Amélia Loureiro, 17.4.1944) Em carta a Loureiro Júnior, Salgado informava que optou por uma editora “neutra”, em detrimento de “*meus amigos da Editorial Gama (do integralismo português) e da União Operária (editora católica)*”, visando atingir uma repercussão maior (Correspondência de Plínio Salgado a Loureiro Júnior, s./d., 1944), o que teria sido atingido: “*Aqui em Portugal, Vida de Jesus em um ano teve três edições e agora entra na quarta. O sucesso tanto literário como moral ultrapassou tudo o que vocês podem imaginar em relação a um livro. Todas as grandes figuras das letras, os grandes jornais, o Episcopado unânime, manifestaram-se longa e entusiasticamente*” (Idem). O interesse de Salgado na projeção de suas atividade é comprovado pelo contrato celebrado, em janeiro de 1944, com a Organização Portuguesa de Recortes da Imprensa, de forma a monitorar a repercussão de suas obras e conferências em toda a imprensa do país.

As relações de Salgado também visavam os grupos da extrema-direita portuguesa, em especial aqueles oriundos do Nacional-Sindicalismo. Um dirigente do movimento escreveu-lhe afirmando ser ele um “*movimento político similar ao Integralismo Brasileiro*”, propondo a Salgado “*o mais estreito intercâmbio cultural*” (Correspondência de Cláudio Corrêa d’Oliveira Guimarães a Plínio Salgado, s./d.). Os integralistas lusitanos foram considerados por Salgado, em seu discurso de despedida de Portugal, como representantes do “*mais notável movimento de idéias destes últimos tempos na história do pensamento português*” (MEDEIROS: 1978, 519). Sua despedida de Portugal foi planejada como uma grande atividade pública, reforçando seus laços com os diversos segmentos políticos e religiosos, como se percebe no relato enviado por seu secretário:

Banquete homenagem Plínio Salgado compareceram todas correntes opiniões políticas sem exceção nenhuma. Católicos, inclusive numerosos sacerdotes, membros tanto União Nacional como oposição, integralistas lusitanos, monárquicos, republicanos,

socialistas, até marxistas conhecidos [sic], todos homenageando escritor. Plínio havia exigido comissão banquete nenhum caráter político. Momento brindes falaram Manoel Murias diretor Diário Manhã depois escritor poeta João Castro Osório. Terceiro Orador Joaquim Lança transgredindo compromisso assumido perante comissão expendeu idéias políticas embora caráter meramente nacionalista exaltação movimento Salazar assim como movimento aqui chamado Vinte Oito Maio que criou atual situação. Algumas passagens esse discurso provocaram aparte. Falando seguida representante católico produziu discurso belíssimo exaltando caráter católico obra literária social política Plínio Salgado. Atacando comunismo, nazismo, fascismo, liberalismo, provocou apartes várias correntes. Incidente serviu admirável ocasião Plínio Salgado pronunciar notabilíssimo discurso repudiando totalitarismo declarando não ser possível separar idéia Estado do conceito espiritualista existência, condenou estatismo absorvente opressor personalidade humana, afirmou finalmente suas convicções cristãs, dizendo acreditar não seja possível uma Nação sem Cristo. Seguida agradeceu Governo, povo, instituições, escritores, médicos, sacerdotes, prelados, imprensa, editores, todos carinhos dispensaram sua pessoa durante sete anos. Discurso Plínio provocou verdadeira apoteose todas correntes opinião presentes deslumbrante salão festas sendo indescritível entusiasmo (Telegrama de Hermes Lins de Albuquerque a Raimundo Padilha, s./d.,1946).

No acervo de Salgado, encontram-se centenas de telegramas e cartas de despedida remetidas à época de seu retorno. Dentre elas, grande parte era oriunda de bispos, arcebispos e padres portugueses, intelectuais católicos e dirigentes da Ação Católica, evidenciando o prestígio do líder fascista brasileiro junto aos católicos portugueses. Também se encontram correspondências de ministros, secretários de estado e integrantes do governo salazarista e de suas organizações sociais, e também militantes do integralismo português.

Desde o início de 1945, Salgado passou a dedicar grande atenção também aos eventos ocorridos no Brasil, preparando condições para seu retorno, dando início a uma terceira fase de seu exílio. Neste contexto, coordenou desde Portugal a reorganização do movimento integralista e a constituição do Partido de Representação Popular (CALIL: 2010, 23-59). Ao mesmo tempo, dedicou-se a negar a identificação entre o integralismo e o nazi-fascismo e a proclamar o “caráter democrático” do movimento (CALIL: 2005, 196-205), no que seguiu percurso bastante próximo ao próprio regime salazarista, pois, como indica o historiador Manuel Loff, “*não foi por terem naturezas ideológicas pretensamente distintas que o Franquismo e o Salazarismo sobreviveram nos trinta anos seguintes à derrocada do Nazismo e do Fascismo*”, mas sim “*devido à capacidade demonstrada por estes regimes em recorrer ao mais despudorado dos pragmatismos e em se comportar como autênticos camaleões políticos se de tal procedimento tiver percebido depender com muita probabilidade a sua sobrevivência*” (LOFF: 2008, 904).

Salgado, por sua vez, não hesitou em reinterpretar a história do integralismo, adulterar textos escritos nos anos 30 e negar manifestações favoráveis ao nazi-fascismo, enfrentando o clima hostil ao integralismo do imediato pós-guerra (CALIL: 2005, 206-213) e conseguindo com isto que o integralismo fosse julgado “democrático” pelo Tribunal Superior Eleitoral em 1947, o mesmo que proscivera o Partido Comunista do Brasil (PCB) julgado “anti-democrático”. Muitas vezes os argumentos eram idênticos: enquanto o regime salazarista justificou a Polícia de Vigilância e de Defesa do Estado como sendo “*um sistema similar ao adotado em Inglaterra, vulgarmente conhecido por Scotland Yard*” (PAULO: 1994, 34), Salgado justificava a milícia integralista afirmando que “*os integralistas, pois, que vestiam a camisa-verde em nada diferiam, por exemplo, da Guarda Metropolitana da Inglaterra, que esteve vigilante enquanto aquele país andou ameaçado de invasão alemã*” (SALGADO: 1945, 13). Isto indica que o exílio de Salgado em Portugal tem grande importância também para compreensão de sua trajetória posterior, marcada pela defesa de um projeto fascistizante sob a paradoxal roupagem “democrática”, o que se revela, por exemplo, nas reiteradas tentativas de implantar no Brasil um corporativismo brando, semelhante ao adotado pelo Salazarismo. Em Portugal, “*a Câmara Corporativa possuía poderes meramente consultivos*”, coexistindo com o Parlamento (FERREIRA: 2007, 171), enquanto Salgado propunha instituir no Brasil “*paralelamente à Câmara Política, uma Câmara representativa das forças econômicas, culturais e morais da Nação*” (Discurso de Plínio Salgado na Câmara dos Deputados em 17.11.1959). Além disso, durante sua trajetória posterior, como presidente do PRP (1946-1965) e como deputado federal (1959-1974) Salgado manteve correspondência com inúmeros políticos e religiosos portugueses, incluindo-se o próprio Salazar,⁵ e sempre defendeu o regime salazarista em geral, e de forma especial seu “caráter democrático” e sua política colonial. Em 1948, Salgado recebeu gratuitamente uma passagem de ida e volta do Rio de Janeiro a Lisboa, ofertada pela Companhia Colonial de Navegação, viabilizando sua participação em evento organizado pelos setores ultraconservadores da Igreja Católica (Conversações Católicas de San Sebastián). Em conferência ministrada na cidade do Porto, em 1956, Salgado saudava a “perfeição” da democracia corporativa portuguesa: “*Evoluindo para*

⁵ Em correspondência enviada em 1948, Salgado mencionava “as gentilezas de que fui objeto da parte de V. Excia. durante a minha estada em Portugal e, principalmente, as delicadas palavras com que me honrou por ocasião de minha despedida”, e pedia que Salazar acolhesse um correligionário seu.

a forma definitiva do Estado Corporativo, foram organizados os sindicatos, os grêmios e as casas do povo, dando-se dessa maneira à Nação Portuguesa uma estrutura sólida. A nova Constituição pôs seu fundamento na Família e no Município. Restaurou-se em Portugal o sentido histórico da sua existência” (A Marcha, Rio de Janeiro, 8.6.1956). Em discurso no Parlamento, Salgado saudava “*Espanha e a Portugal, baluartes da Civilização cristã, que passaram imunes na última guerra, pela sabedoria de seus estadistas, para serem, talvez, a cabeça de ponte da liberdade do Novo Mundo*”. (SALGADO: 1982, 17). Em 1962, Salgado foi recebido por Salazar, declarando-o “*um dos maiores estadistas do nosso tempo*” (Diário da Manhã, Lisboa, 16.5.1962)

O apoio integralista à ditadura portuguesa também se manifestava na defesa de sua política colonialista, cunhada de “colonialismo evolutivo”. Em 1954, Salgado participou da organização de manifestação pública contra a insurreição nacionalista em Goa, apresentada como “invasão indiana”.⁶ A guerra pela libertação de Angola era reiteradamente caracterizada como “invasão soviética” e a política colonial portuguesa naquele país era tida como “*perfeitamente igual à do Alasca e das ilhas do Hawaí*” (A Marcha, Rio de Janeiro, 5.10.1961). O apoio às ditaduras ibéricas e à política colonialista da ditadura salazarista se manteve durante toda a trajetória do PRP, mesmo em momentos nos quais esta posição tornava-se politicamente marginal, ressaltando a permanência dos vínculos com o salazarismo.

Bibliografia citada

ALMEIDA, Pedro Ramos. *Salazar: biografia de uma ditadura*. Lisboa: Avante, 1999.

BERTONHA, João Fábio. Entre Mussolini e Plínio Salgado: o fascismo italiano, o integralismo e o problema dos descendentes de italianos no Brasil. *Revista Brasileira de História*, Rio de Janeiro, v. 21, n. 40 (2001): 85-105.

BERTONHA, João Fábio. O Brasil, os imigrantes italianos e a política externa fascista, 1922-1943. *Revista Brasileira de Política Internacional*, Brasília, vol. 40, n. 2 (1997): 106-130.

BRANDI, Paulo. Plínio Salgado. In: *DICIONÁRIO Histórico-Biográfico Brasileiro pós 1930*. Edição Revista e Ampliada. Coord. Alzira Alves de Abreu et alii. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2001, p. 5198.

CALIL, Gilberto Grassi. *Integralismo e hegemonia burguesa: a intervenção do PRP na política brasileira, 1945-1965*. Cascavel: Edunioeste, 2010.

CALIL, Gilberto Grassi. *O integralismo no pós-guerra: A formação do Partido de Representação Popular (1945-1950)*. Porto Alegre: Edipucrs, 2001.

⁶ Seu discurso foi transmitido por diversas rádios brasileiras e retransmitido pela Rádio Nacional de Lisboa e também por emissoras de Moçambique, Angola, Goa, Timor e Macau.

- CALIL, Gilberto Grassi. *O integralismo no processo político brasileiro – O PRP entre 1945 e 1965: cães de guarda da ordem burguesa*. Tese de Doutorado em História. Niterói: UFF 2005. 819p.
- CAVALARI, Rosa. *Integralismo: ideologia e organização de um partido de massa no Brasil (1932-1937)*. Bauru: Edusc, 1999.
- DITZEL, Carmencita. *Manifestações Autoritárias: o integralismo nos Campos Gerais 1932-1935*. Tese de Doutorado em História. Florianópolis: UFSC, 2004.
- GERTZ, René. Estado Novo: um inventário historiográfico. In: SILVA, José Luis Werneck (org.). *O feixe e o prisma: uma revisão do Estado Novo*. Rja: Zahar, 1991. p. 111-131.
- FERREIRA, Nuno Estevão. O corporativismo e as instituições do salazarismo: a Câmara Corporativa (1935-1945). In: MARTINHO, Francisco Palomares & PINTO, Antonio Costa. *O Corporativismo em português: Estado, política e sociedade no salazarismo e no varguismo*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. P. 163-199.
- GOMES, Ângela Castro. Autoritarismo e corporativismo no Brasil: intelectuais e a construção do mito Vargas. In: MARTINHO & PINTO, op. cit., 79-107.
- HILTON, Stanley. *A guerra secreta de Hitler no Brasil*, Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1983.
- LOFF, Manuel. “*O nosso século é fascista*”: o mundo visto por Salazar e Franco (1938-1945). Porto: Campo das Letras, 2008.
- MEDEIROS, Jarbas. *Ideologia autoritária no Brasil 1930-1945*. Rio de Janeiro, FGV, 1978.
- PAULO, Heloísa; *Estado Novo e propaganda em Portugal e no Brasil: o SPN/SNI e o DIP*. Coimbra: Minerva, 1994.
- PINTO, Antonio Costa. *Os Camisas Azuis: ideologia, elites e movimentos fascistas em Portugal, 1914-1945*. Lisboa: Estampa, 1994.
- PINTO, Antonio Costa. O Estado Novo português e a vaga autoritária dos anos 1930 do século XX. In: MARTINHO & PINTO, op. cit., p. 17-43.
- RODRIGUES, Luís Nuno. *A Legião Portuguesa: a milícia do Estado Novo, 1936-1944*. Lisboa: Estampa, 1996.
- ROSAS, Fernando. *Portugal entre a Paz e a Guerra 1939-1945*. Lisboa: Estampa, 1945.
- ROSAS, Fernando. Um estudo comparado do fascismo: a “autoritarismo moderno” do Estado Novo português. In: SILVA, op. cit., p. 57-69.
- SEITENFUS, Ricardo. *A entrada do Brasil na Segunda Guerra Mundial*. Porto Alegre: Edipucrs, 2000.
- SILVA, Giselda Brito. A ação Integralista Brasileira e a ditadura de Vargas. In: MARTINHO & PINTO, op. cit., p. 201-238.
- TORGAL, Luís Reis. *Estados Novos, Estado Novo*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2009.
- TORGAL, Luís Reis. Sobre a *história do Estado Novo: fontes, bibliografia, áreas de abordagem e problemas metodológicos*. Revista de História da Idéias, Coimbra, vol. 14, 1992, p. 529-554.
- TRINDADE, Héglio. *Integralismo: o fascismo brasileiro na década de 1930*. São Paulo: Difel, 1974.

FONTES IMPRESSAS CITADAS

SALGADO, Plínio. *Discursos Parlamentares*. Brasília: Câmara dos Deputados, 1982.

SALGADO, Plínio. *Manifesto Diretiva aos Integralistas Brasileiros*. Mimeo, 1945.

SALGADO, Plínio. *O integralismo brasileiro perante a nação*. Lisboa, Editora Gráfica Limitada, 1946.